

Mapfre Seguros Gerais S.A.

CNPJ: 61.074.175/0001-38



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à vossa apreciação em cumprimento às disposições legais e estatutárias as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 da Mapfre Seguros Gerais S.A., elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP incluindo as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, acompanhadas do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria, Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer dos Atuariais Independentes.

Prêmios emitidos

Os prêmios emitidos em 2025 totalizaram R\$ 10.150,6 milhões com aumento de R\$ 594,1 milhões ou 6,2% em relação ao exercício anterior. O aumento ocorreu nas carteiras de Grandes Riscos, Massificados e Pessoas.

Sinistralidade

A sinistralidade em 2025 foi de 52,8%, acréscimo de 3,5p.p. em relação ao exercício do ano anterior. Esse crescimento foi influenciado principalmente pelas carteiras de Agronegócios, com maior volume de sinistros agrícolas decorrentes de eventos climáticos na região Central e no Paraná, além de sinistros relevantes nas carteiras de Patrimonial Rural e Grandes Riscos, incluindo ocorrências significativas em Aero/Casco e maior sinistralidade em Transportes Terrestres.

Despesas administrativas

As despesas administrativas em 2025 foram de 11,5% sobre o prêmio ganho um decréscimo de 0,1% em relação ao exercício anterior, reflexo das ações de eficiência operacional.

Resultado financeiro

O resultado financeiro totalizou R\$ 397,8 milhões, aumento de R\$ 74,1 milhões ou 22,9% em relação ao ano anterior, principalmente devido ao maior rendimento das aplicações, impulsionado pela elevação da taxa de juros.

Índice combinado

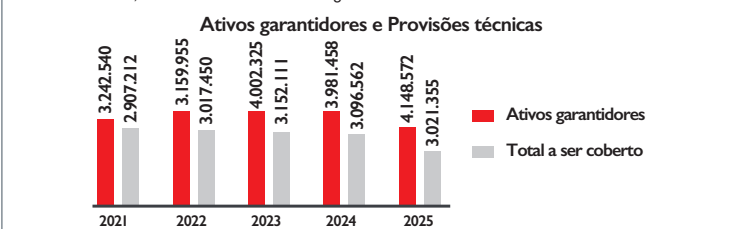
O índice combinado (total de gastos com sinistros ocorridos, despesas de comercialização, despesas administrativas, resultado com operações de resseguro, despesas com tributos e outras receitas e outras despesas operacionais sobre os prêmios ganhos), no exercício de 2025 foi de 98,3%, redução de 0,8p.p. em relação aos 99,1% de 2024. Esta variação decorre do aumento de prêmio ganho. O índice combinado ampliado, que inclui o resultado financeiro, no exercício de 2025 foi de 94,4%, redução de 1,3p.p. em relação aos 95,7% do ano anterior.

Resultado do exercício

Em relação ao resultado, fechamos o exercício com lucro de R\$ 308,8 milhões, crescimento de 13,5%, em relação ao ano de 2024 em decorrência da melhora do índice combinado e resultado financeiro.

Declaração de capacidade financeira

A Mapfre Seguros Gerais S.A. tem apresentado nos últimos 5 (cinco) anos, liquidez para cobertura das reservas técnicas, conforme demonstrado no gráfico abaixo:



BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2025	2024	Passivo	Nota	2025	2024
Circulante		10.726.250	9.952.087	Circulante		11.266.062	10.818.319
Disponível	5	25.001	58.375	Contas a pagar		853.192	832.245
Caixa e bancos		25.001	58.375	Obrigações a pagar	15	590.958	567.166
Equivalentes de caixa	5	71.456	54.279	Impostos e encargos sociais a recolher	16	215.474	206.468
Aplicações	6	1.231.079	1.249.792	Encargos trabalhistas		31.995	28.853
Créditos das operações com seguros e resseguros		3.857.444	3.457.817	Impostos e contribuições	17	14.765	29.928
Prêmios a receber	7	3.550.238	3.213.576	Débitos de operações com seguros e resseguros		1.706.799	1.670.250
Operações com seguradoras		42.694	38.621	Prêmios a restituir		-	1.579
Operações com resseguradoras	8a	264.512	205.420	Operações com seguradoras	18	128.066	105.241
Outros créditos operacionais	9	33.811	55.392	Operações com resseguradoras	8b	1.049.173	1.066.262
Ativos de resseguro	8a	4.322.468	3.957.028	Corretores de seguros e resseguros	19	455.511	417.688
Títulos e créditos a receber		312.643	274.136	Outros débitos operacionais	20	74.049	79.480
Títulos e créditos a receber	10a	210.577	196.487	Depósitos de terceiros	21	258.168	343.931
Créditos tributários e previdenciários	30b	89.255	63.608	Provisões técnicas - seguros	22	8.402.333	7.902.233
Outros créditos		12.811	14.041	Danos		8.069.790	7.580.359
Outros valores e bens	11	98.825	108.864	Pessoas		260.377	253.118
Bens à venda		26.408	26.952	Vida		72.166	68.756
Outros valores		72.417	81.712	Outros débitos		45.570	69.660
Despesas antecipadas		32.479	24.742	Recalculadas antecipadas		779	853
Custos de aquisição diferidos	12	741.044	712.072	Débitos diversos	25	45.491	68.807
Seguros		741.044	712.072	Passivo não circulante	22	2.846.647	2.850.312
Ativo não circulante		6.585.938	6.555.846	Débitos de operações com seguros e resseguros	18	1.569	-
Realizável a longo prazo		5.900.395	5.845.214	Provisões técnicas - seguros	22	1.783.019	1.834.721
Aplicações	6	2.917.493	2.731.676	Danos		1.436.395	1.446.315
Créditos das operações com seguros e resseguros		226.845	232.466	Pessoas		243.033	275.598
Prêmios a receber	7	226.845	232.466	Vida		103.591	112.808
Outros créditos operacionais	9	-	265	Outros débitos		1.062.059	1.015.591
Ativos de resseguro	8a	388.498	388.356	Provisões judiciais	27	889.938	880.836
Títulos e créditos a receber		2.044.874	2.120.563	Recalculadas antecipadas		-	76
Títulos e créditos a receber	10a	2.044.874	2.120.563	Débitos diversos	25	172.121	134.679
Créditos tributários e previdenciários	30b	1.034.690	1.155.578	Patrimônio líquido	28	3.199.479	2.839.302
Depósitos judiciais e fiscais	27a	1.010.184	962.984	Capital social	28a	2.483.177	2.483.177
Outros valores e bens	11	116.334	157.860	Reservas de capital		542	542
Custos de aquisição diferidos	12	206.351	214.028	Reservas de reavaliação		397	397
Seguros		206.351	214.028	Reservas de lucros	28b/c	813.284	577.843
Investimentos		2.946	2.776	Ajustes de avaliação patrimonial	28d	(97.921)	(222.657)
Participações societárias		1.848	1.679				
Imóveis destinados a renda		1.064	1.063				
Outros investimentos		34	34				
Imobilizado	13	49.108	46.722				
Imóveis de uso próprio		5.971	6.326				
Bens móveis		34.524	17.390				
Outras imobilizações		8.613	23.006				
Intangível	14	633.489	661.134				
Outros intangíveis		633.489	661.134				
Total do ativo		17.312.188	16.507.933	Total do passivo e patrimônio líquido		17.312.188	16.507.933

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

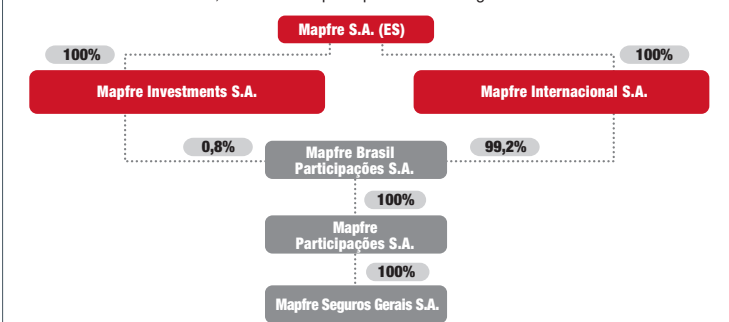
	Nota	Reservas de capital		Reservas de lucros			Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
		Capital social	Ágio na subscrição de ações	Reserva de capital	Reserva de reavaliação	Reserva legal			
Saldo em 31 de dezembro de 2023 (reapresentado)		2.483.177	497	45	397	95.420	274.907	(45.282)	2.809.161
Variação líquida no valor justo dos ativos financeiros	28d	-	-	-	-	-	-	(177.387)	(177.387)
Redução ao valor recuperável de ativos financeiros		-	-	-	-	-	-	12	12
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	272.152	272.152
Proposta para distribuição do resultado:									
Reserva legal	28b	-	-	-	-	13.608	-	(13.608)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	28e	-	-	-	-	-	-	(64.636)	(64.636)
Reserva de investimentos	28c	-	-	-	-	-	193.908	(193.908)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024		2.483.177	497	45	397	109.028	468.815	(222.657)	2.839.302
Variação líquida no valor justo dos ativos financeiros	28d	-	-	-	-	-	-	124.684	124.684
Redução ao valor recuperável de ativos financeiros		-	-	-	-	-	-	52	52
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	308.775	308.775
Proposta para distribuição do resultado:									
Reserva legal	28b	-	-	-	-	15.439	-	(15.439)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	28e	-	-	-	-	-	-	(73.334)	(73.334)
Reserva de investimentos	28c	-	-	-	-	-	220.002	(220.002)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025		2.483.177	497	45	397	124.467	688.817	(97.921)	3.199.479

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Mapfre Seguros Gerais S.A., doravante designada por "Seguradora", é uma sociedade por ações de capital fechado, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar em seguros e resseguros nos ramos de vida e elementares, em todo o território nacional. A Seguradora está sediada na Avenida das Nações Unidas, nº 14.261, 21º andar, Vila Gertrudes, São Paulo - SP, CEP 04794-000 e está cadastrada no CNPJ nº 61.074.175/0001-38. A Seguradora é integrante do GRUPO Mapfre, conjunto de empresas e entidades que operam em seguros e atividades correlatas, bem como participação em outras sociedades, com sede em Madrid, Espanha. O controlador direto da Seguradora é a Mapfre Participações S.A., e o controlador em última instância é a Mapfre S.A. (ES). As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do GRUPO Mapfre, sendo os custos das estruturas operacionais e administrativas comuns observados segundo critérios estabelecidos em acordo operacional existente entre as empresas do GRUPO Mapfre. Em 31 de dezembro de 2025, o GRUPO Mapfre apresentava a seguinte estrutura:



2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Base de preparação: Em consonância com a Circular SUSEP nº 648, de 12 de novembro de 2021, e alterações posteriores, as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, incluindo os pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com os modelos de demonstrações estabelecidos pela referida Circular e foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 25 de fevereiro de 2026. **b) Continuidade:** A Administração considera que a Seguradora possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de qualquer incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio de continuidade. **c) Base para avaliação, apresentação e moeda funcional:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ativos mensurados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A moeda funcional da Seguradora é o Real. **d) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com os pronunciamentos do CPC, referendados pela SUSEP, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas para a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Estimativas e premissas são revisadas de maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: *i.* informações sobre julgamentos e estimativas adotadas, que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; *ii.* informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil. • Nota 3h - Classificação dos contratos de seguro; • Notas 3i, 3m, 22, 23 e 26 - Provisões técnicas e a realização teste de adequação dos passivos; • Notas 3b e 7 - Ativos financeiros e Aplicações; • Nota 10b - Ressarcimento a receber - estimados; • Notas 3c e 6 - Prêmios a receber (redução ao valor recuperável); • Nota 27 - Provisões judiciais; e • Nota 3d - Imposto de renda e contribuição social diferidos. **e) Segregação entre circulante e não circulante:** A Seguradora revisa os valores registrados no ativo e no passivo circulantes, a cada data de elaboração das demonstrações financeiras, com o objetivo de classificar para o não circulante aquelas cuja expectativa de realização ultrapasse o prazo de 12 (doze) meses subsequentes à respectiva data base. Ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido diferidos são classificados como não circulantes. Para os ativos e passivos patrimoniais são

Política de Reinvestimento de Lucros e Política de Distribuição de Dividendos

Os acionistas da Mapfre Seguros Gerais S.A., em cada exercício, têm direito a receber, a título de dividendos, o mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido.

O lucro líquido, após as deduções legais e distribuições de dividendos previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária, podendo ser designado 100% à Reserva de investimentos, visando a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da Sociedade, até atingir o limite do valor do capital social integralizado.

Sustentabilidade

Com o objetivo de integrar os aspectos ASG - Ambiental, Social e Governança aos seus negócios, a Mapfre estabelece uma estratégia robusta e consolidada, fundamentada em seus princípios e compromissos corporativos, que orientam a adoção de práticas voltadas à preservação do meio ambiente e ao fortalecimento das suas operações. Nesse contexto, a Seguradora também atua para ampliar a oferta de seguros mais inclusivos, promovendo o acesso da proteção securitária a público em vulnerabilidade, bem como expandindo seu portfólio de soluções com produtos voltados à longevidade e a promoção da economia de baixo carbono.

Essa estratégia é operacionalizada por meio do Plano de Sustentabilidade 2024-2026, que define diretrizes e metas relacionadas à gestão da pegada ambiental, à promoção da economia circular, ao desenvolvimento de políticas inclusivas, à ampliação da acessibilidade aos seguros, à gestão da pegada social e à condução responsável de produtos, investimentos e subscrição, em alinhamento aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS.

Entre os principais destaques de 2025, resalta-se o lançamento da Floresta Mapfre, iniciativa ambiental estratégica que contribui diretamente para a meta corporativa global da Mapfre de alcançar a neutralidade de carbono em suas operações até 2030. O projeto prevê o plantio de 42 mil mudas de espécies nativas da Mata Atlântica em uma área de aproximadamente 30 hectares no Parque Estadual Carlos Botelho, no estado de São Paulo, possibilitando a captura estimada de 5 mil toneladas de CO2. Esse volume permitirá à Seguradora compensar integralmente suas emissões operacionais no ano de 2028.

No âmbito social, destacam-se a ampliação do projeto Mapfre na Favela, que passou a contemplar mais quatro localidades em diferentes regiões do país, com a disponibilização de três produtos de seguros de impacto social voltados a empreendedores de baixa renda residentes em comunidades, bem como o Mapfre Sênior Residencial, iniciativa direcionada à promoção da qualidade de vida da população idosa, por meio de produtos, serviços e soluções desenvolvidos para atender às necessidades específicas desse público.

Também foi lançado no COP30 o produto Bioseguro, um seguro para a mitigação do risco climático, que irá incentivar a criação de projetos de restauração de florestas não comerciais, contribuindo assim para geração de créditos de carbono.

Com essas iniciativas, a Mapfre reforça seu compromisso com o desenvolvimento sustentável e reafirma seu papel como agente de transformação social, promovendo o acesso ao seguro, a inclusão social, a mitigação do risco climático e a geração de valor compartilhado para a sociedade.

Fundación Mapfre

A Fundación Mapfre atua de forma ativa no Brasil para melhorar a qualidade de vida das pessoas e contribuir para o progresso social, por meio de iniciativas nas áreas de Prevenção e Segurança Viária, Promoção da Saúde, Seguros e Previdência, Ação Social e Cultura. Além disso, o estabelecimento de

parcerias públicas com Secretarias de Educação, Segurança Pública, Prefeituras e Departamentos Estaduais de Trânsito são fundamentais para ampliar o alcance das atividades e impactar um número cada vez maior de pessoas em diferentes regiões.

Em 2025, a Fundación Mapfre celebrou 50 anos de atuação, consolidando uma trajetória marcada por desafios e impacto social. No Brasil, os programas realizados nesse período beneficiaram mais de 6,8 milhões de pessoas, entre atividades presenciais e digitais, além de alcançar uma audiência de mais de 1,5 milhões de pessoas, contribuindo para o bem-estar da sociedade, prevenção e redução de sinistros no trânsito, acesso à informação, o incentivo à inovação e à pesquisa e a ampliação da diversidade cultural.

Controles internos

A atuação da área de Controles Internos tem como principal objetivo oferecer suporte ao negócio e às áreas operacionais, na construção e manutenção de um ambiente corporativo mais seguro e sustentável.

Periodicamente, são realizados testes de controles internos, que visam estar em conformidade com as normas regulatórias e dar confiabilidade às práticas adotadas, o que é informado às áreas e aos Comitês os resultados obtidos. Os testes referem-se ao acompanhamento de novas regulamentações, aos atendimentos à fiscalização, à prevenção da lavagem de dinheiro e às fraudes, segurança física e lógica, plano de continuidade de negócios e atividade de mapeamento de processo.

Compliance

O GRUPO Mapfre, com base na Lei nº 9.613 de 3 de março de 1998, e alterações, e, com o intuito de prevenir a utilização de produtos ou processos para o crime de lavagem de dinheiro e assegurar a conformidade com a Circular SUSEP nº 612 e alterações, de 18 de agosto de 2020, possui processos implementados para identificação, monitoramento e comunicação de operações suspeitas com indicadores de lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo e atos ilícitos.

O GRUPO conta, ainda, com o Código de Ética, alinhado com os conceitos de Missão, Visão e Valores. Os canais de denúncia estão disponíveis aos empregados e públicos externos, mantendo-se disponíveis para receber relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares, com reporte imediato ao Comitê de Auditoria Estatutária para acompanhamento.

Governança de dados e segurança da informação

A Administração reafirma o compromisso com disponibilidade, integridade e confidencialidade das informações organizacionais e dos clientes. Diante dos desafios da era digital das informações, além do monitoramento em relação à segurança dos dados, governança e gestão da informação robusta e fortalecida tem sido um dos focos de atuação do GRUPO Mapfre, alinhada à nova Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018.

★ continuação

Mapfre Seguros Gerais S.A. - CNPJ 61.074.175/0001-38

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de Reais)

processo de planejamento e decisão, bem como na identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez está relacionado tanto à incapacidade de a Seguradora saldar seus compromissos quanto às dificuldades na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar obrigações. A Seguradora possui política específica que estabelece Índices mínimos de liquidez requeridos para suprir quaisquer necessidades de financiamentos e compromissos. Uma forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo de caixa e equilíbrio entre ativos e passivos para manter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações à medida que estas atinjam seu vencimento. **Exposição ao risco de liquidez:** O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. **Gerenciamento do risco de liquidez:** A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. São aprovados, anualmente, pela Diretoria os níveis mínimos de liquidez a serem mantidos, assim como os instrumentos para gestão da liquidez, tendo como base as premissas estabelecidas na Política de Investimentos, a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. O gerenciamento do risco de liquidez tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações. A Seguradora monitora, por meio da gestão do fluxo de caixa, as entradas e os desembolsos futuros, a fim de manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, apontar com antecedência possíveis necessidades de redirecionamento dos investimentos. Adicionalmente, é reportado mensalmente aos órgãos de governança o nível de liquidez apresentado pela Seguradora, avaliando a sobra de recursos em função da necessidade de cobertura das provisões técnicas. A Seguradora acompanha e faz a gestão do risco de liquidez, e desenvolveu metodologia própria baseada em método prospectivo de projeção do fluxo de caixa, utilizando premissas atuariais estressadas de entradas e saídas, que decorram do cumprimento dos riscos assumidos pela companhia nos contratos e certificados dos planos comercializados até a data base do cálculo. Os fluxos utilizados de entradas e saídas para o lançamento de receitas provenientes de prêmios e contribuições utilizadas nas projeções, considera os contratos e certificados vigentes na data-base, contemplando as premissas de cálculo utilizadas nas projeções do passivo, sendo essas premissas estressadas para apurar o fator do risco de liquidez a ser aplicado sobre o montante de provisões a cobrir, com revisão periódica. A suficiência de liquidez está segregada numa escala de medição por nível de tolerância, sendo o fator calculado decomposto conforme tabela abaixo, considerando as classificações: verde, amarelo e vermelho. As ações para o atingimento de cada faixa, seguindo o estabelecido nos normativos internos.

Nível - Risco de liquidez		2025	2024
>= 100%	Cumprimento total	3.021.355	3.096.562
< 100% - 90%	Zona Verde	4.148.572	3.981.458
< 90% - 30%	Zona Amarela	5.30%	5,30%
< 30%	Zona Vermelha	160.132	164.118

Nível - Risco de liquidez		2025	2024
>= 100%	Cumprimento total	3.021.355	3.096.562
< 100% - 90%	Zona Verde	4.148.572	3.981.458
< 90% - 30%	Zona Amarela	5.30%	5,30%
< 30%	Zona Vermelha	160.132	164.118

Total a ser coberto (a) 3.021.355 3.096.562
 Ativos garantidores (b) 4.148.572 3.981.458
 Fator de risco de liquidez (c) 5,30% 5,30%
 Risco de liquidez (d)=(a)*(c) 160.132 164.118
 Verde 16.013 16.412
 Amarelo 98.079 98.471
 Vermelho 48.040 49.235
 Provisão a cobrir + Risco de liquidez (e)=(a)+(d) 3.181.487 3.260.680
 Índice de liquidez (b)/(e) 1,30 1,22
 Suficiência (b)/(e) 967.085 720.779
Classificação do nível de liquidez Cumprimento total Cumprimento total
 Outro aspecto importante referente ao gerenciamento de risco de liquidez é o casamento dos fluxos de caixa dos ativos e passivos. Para uma proporção significativa dos contratos de seguros de vida o fluxo de caixa está vinculado, direta e indiretamente, com os ativos que suportam esses contratos. Para os demais contratos de seguros, o objetivo é selecionar ativos com prazos e valores com vencimento equivalente ao fluxo de caixa esperado para os sinistros/benefícios desses ramos. Não obstante a Seguradora apresentar aparente liquidez negativa na distribuição das taxas de *agings* do ativo e do passivo e resultado negativo no capital circulante líquido, conforme a tabela abaixo, a liquidez está garantida por aplicações financeiras classificadas ativos mensurados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, que podem ser utilizadas no caso de necessidade de fluxo de caixa e geram fluxos de caixa positivos nas operações.

	2025	2024
Fluxo de ativos (*)	6.560.146	6.550.130
Fluxo de passivos (**)	6.130.342	4.061.818
Fluxo de ativos acima de 5 anos	526.870	327.518
Total	13.217.358	10.939.466

(*) O fluxo de ativos considera o caixa e as estimativas dos fluxos das aplicações financeiras, prêmios a receber de parcelas não vendidas e operações com resseguradores. As aplicações classificadas nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado, podem ser convertidas em caixa a qualquer momento, de acordo com o fluxo de caixa da Seguradora. Foram consideradas LFTs no montante de R\$ 292.347 como ativos de liquidez imediata na composição do fluxo de ativos até 1 ano. (***) O fluxo de passivos considera as provisões técnicas bruto de resseguro, e os débitos das operações com seguros. **Risco de mercado:** Risco de mercado representa alterações nos preços de ativos financeiros, tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, que afetam os ganhos da Seguradora ou o valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar as exposições desses ativos, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno dos investimentos. A política da Seguradora, em termos de exposição a riscos de mercado, é conservadora, sendo que o risco de mercado é calculado pela Mapfre Investimentos Ltda., com base em cenários de *stress*, histórico e na metodologia de *Value at Risk - VaR* e *Macaulay Duration*. O modelo de *VaR* é aplicado à carteira da Seguradora, utilizando-se de *VaR* paramétrico, com nível de confiança de 95% e horizonte temporal de 1 (um) dia útil. Considerando o efeito da diversificação entre os fatores de risco, a possibilidade de perda estimada pelo modelo do *VaR*, para o intervalo de 1 (um) dia de 6.479 (16.666 em 31 de dezembro de 2024) frente a uma carteira de R\$ 4.148.572 (R\$ 3.981.458 em 31 de dezembro de 2024) contemplando as carteiras administradas e os fundos a valor justo. A metodologia de *Macaulay Duration* é aplicada às carteiras administradas e os fundos dos quais mantém participação. O prazo médio apresentado para as carteiras é de 1,71 anos (2,34 anos em 31 de dezembro de 2024) está de acordo com as diretrizes do GRUPO Mapfre, sendo revisado, periodicamente, pelo Comitê de Investimentos. Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é aperfeiçoar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito. **Sensibilidade à taxa de juros:** Na presente análise de sensibilidade são considerados os seguintes fatores de risco: *i.* taxa de juros e *ii.* títulos indexados a índices de inflação, em função da relevância dos mesmos nas posições ativas da Seguradora. A definição dos parâmetros quantitativos utilizados na análise de sensibilidade (100 pontos base para taxa de juros e para cupons de inflação) teve por base a análise das variações históricas de taxas de juros em período recente e premissa de não alteração das curvas de expectativa de inflação, refletindo nos respectivos cupons na mesma magnitude da taxa de juros. A Seguradora não resgata antecipadamente os ativos classificados na categoria mantidos até o vencimento, mesmo assim, os títulos classificados nessa categoria foram mantidos para cálculo da análise de sensibilidade. A análise de sensibilidade foi realizada para o volume financeiro considerado a valor justo de R\$ 4.148.572 (R\$ 3.981.458 em 31 de dezembro de 2024), incluindo operações compromissadas. Para a análise de sensibilidade, todos os ativos em carteira da Seguradora foram considerados a valor de mercado, independentemente de sua classificação contábil.

	2025	2024
Impacto no patrimônio líquido/resultado (bruto de impostos)	65.109	55.192
Impacto no patrimônio líquido/resultado (bruto de impostos)	71.331	56.988

Parâmetro:100 (cem) *basis points* nas estruturas de taxas de juros e cupons vigentes.

Risco operacional: Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoas, tecnologia e infraestrutura e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. A avaliação do risco operacional utiliza uma ferramenta que auxilia na autoavaliação de riscos operacionais e controles inerentes às operações de cada um dos processos, por meio desta ferramenta os riscos são avaliados com base na sua importância relativa, probabilidade de ocorrência e as medidas de controle existentes para mitigar cada risco exposto. **Gerenciamento do risco operacional:** A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Alta Administração dentro de cada unidade de negócio. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais para a administração de riscos operacionais e contempla as seguintes atividades: **•** Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; **•** Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações; **•** Cumprimento com exigências regulatórias e legais; **•** Documentação de controles e procedimentos; **•** Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados; **•** Desenvolvimento do Banco de Dados de Perdas Operacionais - BDPO para reporte de prejuízos operacionais e as ações corretivas; **•** Desenvolvimento de Planos de Continuidade de Negócios - PCN; **•** Treinamento e disseminação da cultura de controles internos; e **•** Padrões éticos. Dentro desse cenário, a Seguradora dispõe de mapeamento de processos com a identificação de riscos e controles, os quais, são geridos dentro de uma Matriz Única de Riscos e Controles que apresenta o retrato dos processos quanto aos principais riscos expostos e controles existentes. Outro mecanismo de avaliação se reflete na avaliação de *Compliance* realizado para evitar a possibilidade de perda ocasionada pela insobrevivência, violação ou não conformidade com as normas dos órgãos reguladores e instruções internas (políticas, normativas e procedimentos). A Área de Gerenciamento de Riscos coordena o processo anual de Identificação de Riscos Materiais, a fim de identificar os riscos que a entidade pode enfrentar durante o período contemplado em seu plano de negócios, riscos que podem afetar significativamente o desempenho dos objetivos de classificação ou de capital regulatório. Nessa identificação de riscos, tem como fator de sucesso a colaboração de executivos dentro da organização que possam antecipar ou dar sua opinião sobre a evolução dos riscos aos quais a entidade está exposta. O ambiente de controles internos também contribui para a gestão do risco operacional, em que o mapa de riscos é atualizado regularmente com base nas autoavaliações de riscos e controles. Adicionalmente, um programa de análises periódicas de responsabilidade da Auditoria Interna é aprovado anualmente pelo Conselho de Administração, com trâmite pelo Comitê de Auditoria. Os resultados das análises da Auditoria Interna são encaminhados ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração. Com a publicação da Resolução CNSP nº 467 de 25 de abril de 2024, as entidades devem implementar e manter Estrutura de Gestão de Riscos - EGR que considere, como mínimo, o foco nos seguintes riscos: **•** Subscrição; **•** Crédito; **•** Mercado; **•** Liquidez; **•** Operacional; e **•** Plano de Continuidade de Negócios. Considerados também, além dos riscos mencionados acima, os seguintes riscos: **•** Cibernético; **•** Conformidade; **•** Estratégico; **•** Legal; **•** Tecnologia da Informação; e **•** Ambiental Social e de Governança. Foi constituído o Comitê de Riscos e implementadas Políticas de Controles Internos. **Limitações da análise de sensibilidade:** As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e os passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorrer. A medida que os mercados de investimentos se movimentam por meio de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderão incluir a venda de investimentos, a mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção. Outras limitações nas análises de sensibilidade incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da Seguradora em possíveis mudanças no mercado em um futuro próximo, que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa que todas as taxas de juros se movimentam de forma idêntica. **Gestão de capital:** No âmbito de Gestão de Capital no médio e longo prazo, a Seguradora deve possuir, de maneira contínua, uma quantia de capital suficiente para cobrir o capital de solvência requerido, contemplando o valor adicional estabelecido pela Gestão de Risco, com a finalidade de impedir que os riscos inerentes à atividade afetem a sustentabilidade da Seguradora. A Seguradora tem o Capital de Risco calculado considerando todas as premissas de requerimentos estabelecidos pela governança, e em atendimento aos requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Patrimônio líquido ajustado e adequação de capital:** Em atendimento à Resolução CNSP nº 432 de 12 de novembro de 2021 e alterações, as Sociedades Supervisionadas deverão apresentar Patrimônio Líquido Ajustado - PLA igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido - CMR, sendo equivalente ao maior valor entre o Capital Base - CB e o Capital de Risco - CR calculado. Respeitando os níveis do PLA, para qualidade de cobertura do CMR, observando: a) no mínimo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 1; b) no máximo 15% (quinze por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 3; e c) no máximo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos pela soma do PLA de nível 2 e do PLA de nível 3. A Seguradora está apurando o CMR com base nos riscos de subscrição, crédito, operacional e mercado e a correlação entre os riscos, como demonstrado abaixo:

	2025	2024
Patrimônio líquido (a)	3.199.479	2.839.302
Participação em sociedades financeiras e não financeiras, nacionais ou no exterior	(1.465)	(1.296)
Despesas antecipadas	(32.479)	(24.742)
Créditos tributários - prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social	(642.319)	(695.732)
Créditos tributários de diferenças temporárias que excederem 15% do CMR	(191.404)	(273.320)
Ativos intangíveis	(633.489)	(661.134)
Obras de arte	(34)	(34)
Outros de aquisição diferidos não diretamente relacionados à PPNG	(3.808)	(1.675)
1. Ajustes contábeis (b)	(1.504.998)	(1.647.933)
Superávit entre as provisões e fluxo realista de prêmios/contribuições registradas	426.898	378.754
2. Ajustes associados à variação dos valores econômicos (c)	426.898	378.754
PLA - Nível 1	1.522.771	1.024.663
PLA - Nível 2	426.898	378.754
PLA - Nível 3	171.710	166.706
Subtotal PLA - Nível (d)	2.121.379	1.570.123
Limitador CMR - PLA Nível 1	1.522.771	1.024.663
Limitador CMR - PLA Nível 2	384.240	371.739
Limitador CMR - PLA Nível 3	164.675	159.316
Subtotal PLA - Limitador (e)	2.071.686	1.555.718

6. APLICAÇÕES

a) Composição por prazo, por título e por nível hierárquico: Apresentamos a seguir a composição dos ativos financeiros por prazo, por título e em valores justos.

Títulos	Hierarquia ao valor justo	Entre 1 e 5 anos			Acima de 5 anos	Sam vencimento	Valor contábil (D)	Valor de curva (E = A + B + C + D)	Valor justo (F)	Ajuste ao valor justo (G - F)	2025	%	2024	
		(A)	(B)	(C)										(G)
Mensuradas a valor justo por meio do resultado		390.511	796.805	33.220	(311)	1.220.225	1.220.165	1.220.225	60	1.220.225	29%	1.153.759	29%	
Fundos de investimentos		390.511	796.805	33.220	(311)	1.220.225	1.220.165	1.220.225	60	1.220.225	100%	1.153.759	100%	
Letras financeiras do tesouro - LFT	1	21.226	735.484	8.284	-	764.994	764.934	764.994	60	764.994	63%	706.125	61%	
Letras do tesouro nacional - LTN	1	-	61.321	24.936	-	86.257	86.257	86.257	-	86.257	7%	41.899	4%	
Títulos da dívida agrária - TDA	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0%	34	0%	
Quotas de fundos de investimentos	2	1.558	-	-	-	1.558	1.558	1.558	-	1.558	0%	1.652	0%	
Operações compromissadas (*)	2	367.727	-	-	-	367.727	367.727	367.727	-	367.727	30%	404.165	35%	
Caixa/contas a pagar/receber mensuradas a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2	-	-	-	(311)	(311)	(311)	(311)	-	(311)	0%	0	0%	
Carteira administrada			10.855	2.463.297	454.195	-	2.928.347	3.093.770	2.928.347	(165.423)	2.928.347	71%	2.827.699	71%
Certificados de depósito bancário - CDB	2	10.855	-	-	-	10.855	10.855	10.855	-	10.855	0%	10.620	0%	
Notas do tesouro nacional - NTN-F	1	-	2.463.186	-	-	2.463.186	2.591.030	2.463.186	(127.844)	2.463.186	84%	2.394.150	85%	
Notas do tesouro nacional - NTN-B	1	-	111	454.195	-	454.306	491.885	454.306	(37.579)	454.306	16%	422.929	15%	
Total		401.366	3.260.102	487.415	(311)	4.148.572	4.313.935	4.148.572	(165.363)	4.148.572	100%	3.981.458	100%	

(*) Operações compromissadas com lastro em títulos públicos.

b) Hierarquia de valor justo: Ao mensurar o valor justo dos ativos financeiros, a Seguradora se baseia em dados de mercado, tanto quanto for possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas da seguinte forma: **•** Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. **•** Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). **c) Determinação do valor justo:** Os valores justos das aplicações em fundos de investimentos são obtidos a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. As operações compromissadas são operações de compra e venda de 1 (um) dia com uma taxa pré-fixada na data da emissão da operação. Os títulos públicos de renda fixa tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. As aplicações financeiras são custodiadas, registradas e negociadas na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão e na SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia.

d) Taxa de juros contratada

	2025	2024
Maiores taxas	100% do CDI	100% do CDI
Menores taxas	100% do CDI	100% do CDI

Certificados de depósito bancário - CDB 100% do CDI 100% do CDI 100% do CDI 100% do CDI

	2025	2024
Letras financeiras do tesouro - LFT	100% da SELIC	100% da SELIC
Letras do tesouro nacional - LTN	15,21%	12,06%
Notas do tesouro nacional - NTN-B	7,76%	3,37%
Notas do tesouro nacional - NTN-F	12,16%	12,18%
Operações compromissadas (*)	14,90%	14,87%
Títulos da dívida agrária - TDA	-	8,68%

(*) Operações compromissadas com lastro em títulos públicos.

e) Movimentação das aplicações

	2024	2025
Mensuradas a valor justo por meio do resultado	1.153.759	3.046.211
Mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2.827.699	10.000
Total	3.981.458	3.056.211

7. PRÊMIOS A RECEBER

a) Prêmios por segmento

	2025	2024						
Ramos agrupados	Prêmios a receber	Redução ao valor recuperável (*)	Prêmios a receber	Prêmios recuperáveis (*)	Prêmios a receber	Redução ao valor recuperável (*)	Prêmios a receber	Prêmios recuperáveis (*)
Patrimonial	1.129.604	(13.091)	1.116.513	991.700	(23.449)	968.251	1.129.604	(13.091)
Rural	381.241	(22.335)	358.906	348.491	(11.055)	337.336	381.241	(22.335)
Aeronáuticos	267.417	(2.111)	265.306	249.322	(4.005)	245.317	267.417	(2.111)
Microssseguros	47.737	(1.911)	45.826	17.352	(640)	16.712	47.737	(1.911)
Riscos financeiros	72.339	(6.249)	66.090	51.586	(926)	50.660	72.339	(6.249)
Pessoas coletivo	27.891	(1.122)	26.769	47.259	(2.516)	44.743	27.891	(1.122)
Riscos especiais	17.022	-	17.022	28.551	-	28.551	17.022	-
Marítimos	76.150	(579)	75.571	85.754	(632)	85.122	76.150	(579)
Responsabilidades	50.071	(262)	49.809	46.162	(740)	45.422	50.071	(262)
Habitacional	13.059	(959)	12.100	4.456	(127)	1.329	13.059	(959)
Demais ramos	326.799	(4.700)	322.099	308.165	(4.481)	303.684	326.799	(4.700)
Total	3.845.506	(68.423)	3.777.083	3.515.554	(69.512)	3.446.042	3.845.506	(68.423)

(*) Redução ao valor recuperável calculada conforme nota explicativa nº 3c.ii.

b) Movimentação de prêmios a receber

	2025	2024
Saldo inicial	3.446.042	3.218.958
(+) Prêmios emitidos	12.333.256	11.536.358
(+) IOF	608.512	564.406
(+) Adicional de fracionamento	13.950	10.681
(-) Prêmios cancelados	(1.653.971)	(1.528.836)
(-) Recebimentos	(10.933.541)	(10.430.161)
(+/-) Oscilação cambial	(38.254)	53.158
(-) Reversão de redução ao valor recuperável	1.089	21.478
Saldo final	3.777.083	3.446.042 </

Mapfre Seguros Gerais S.A. - CNPJ 61.074.175/0001-38

* continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de Reais)

iii. Desenvolvimento das efetivas realizações
Desenvolvimento de salvados - Ramo de automóvel
Ocorrência/Salvados

	2020	2021	2022	2023	2024	2025
1º Mês	-	19.937	1.596	375	241	288
2º Mês	129	24.355	1.210	218	247	95
3º Mês	6.343	19.607	798	470	386	334
4º Mês	5.702	9.962	684	80	325	877
5º Mês	799	10.731	724	740	375	490
6º Mês	1.506	6.475	903	228	368	235
7º Mês	32.849	5.033	411	776	345	373
8º Mês	45.292	3.710	378	553	418	250
9º Mês	23.212	2.830	598	224	303	85
10º Mês	30.000	2.502	209	295	435	259
11º Mês	25.532	1.551	188	207	271	619
12º Mês	22.129	1.117	860	118	293	274
Estimativa por ano	193.493	107.810	8.559	4.284	4.007	4.179
Total de salvados desde 2020 até 2025						322.332

Estimativa de salvados
Ocorrência/Salvados

	2020	2021	2022	2023	2024	2025
1º Semestre de 2020	14.478	-	-	-	-	-
2º Semestre de 2020	179.015	-	-	-	-	-
1º Semestre de 2021	91.068	67.204	-	-	-	-
2º Semestre de 2021	16.743	168.267	-	-	-	-
1º Semestre de 2022	5.915	112.070	77.679	-	-	-
2º Semestre de 2022	2.645	16.705	182.173	-	-	-
1º Semestre de 2023	2.110	5.935	125.030	74.847	-	-
2º Semestre de 2023	2.172	4.579	22.383	148.583	-	-
1º Semestre de 2024	1.941	4.103	10.691	111.608	84.784	-
2º Semestre de 2024	2.065	2.569	4.732	25.530	168.228	-
1º Semestre de 2025	2.318	1.670	3.786	10.983	130.411	69.465
2º Semestre de 2025	1.860	5.509	3.375	6.979	40.163	173.725
Estimativa por ano	322.330	388.611	429.849	378.529	423.586	243.190
Total de salvados desde 2020 até 2025						2.186.095

Período anterior à 2020
Total dos triângulos de pagamento para estimativa de salvados
12. CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

Os custos de aquisição são contabilizados por ocasião da emissão das apólices, ou pelo início de vigência do risco para os casos em que o risco tem início antes da emissão, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência do risco coberto, por meio de constituição e reversão dos custos de aquisição diferidos.

Ramos

	2025	2024
Automóvel	344.810	338.205
Patrimonial	232.655	217.350
Pessoas coletivo	121.239	135.972
Microseguros	25.225	21.323
Rural	88.674	80.387
Pessoas individual	86.563	94.848
Responsabilidades	11.580	9.137
Riscos financeiros	5.450	3.443
Aeronáuticos	22.268	19.875
Transportes	3.171	456
Marítimos	4.910	5.012
Demais ramos	850	92
Total	947.395	926.100
Circulante	741.044	712.072
Não circulante	206.351	214.028
Saldo inicial	926.100	930.343
Constituições	2.193.122	2.089.598
Reversões	(2.171.927)	(2.093.841)
Saldo final	947.395	926.100

13. IMOBILIZADO

	Custo		Depreciação		Saldo	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Taxa anual de depreciação	4%	4%	4%	4%	4%	4%
Imóveis	9.113	9.113	(3.142)	(3.142)	5.971	5.971
Equipamentos	153.756	153.756	(126.911)	(126.911)	26.845	26.845
Móveis, máquinas e utensílios	19.461	19.461	(16.210)	(16.210)	3.251	3.251
Veículos	6.706	6.706	(2.278)	(2.278)	4.428	4.428
Benefetorias em imóveis de terceiros	42.181	42.181	(33.568)	(33.568)	8.613	8.613
Total	231.217	(182.109)	49.108	46.722	28.758	(13.099)

	Custo		Depreciação		Saldo	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Taxa anual de depreciação	4%	4%	4%	4%	4%	4%
Imóveis	9.154	9.154	(2.828)	(2.828)	6.326	6.326
Equipamentos	151.913	151.913	(142.272)	(142.272)	9.641	9.641
Móveis, máquinas e utensílios	19.321	19.321	(15.606)	(15.606)	3.715	3.715
Veículos	6.012	6.012	(1.978)	(1.978)	4.034	4.034
Benefetorias em imóveis de terceiros	53.385	53.385	(30.379)	(30.379)	23.006	23.006
Total	239.785	(193.063)	46.722	42.456	20.595	(23.465)

14. INTANGÍVEL

	Custo		Amortização		Redução ao valor		Saldo	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Taxa anual de amortização	20%	20%	20%	20%	20%	20%	20%	20%
Desenvolvimento interno de sistemas	1.256.442	1.256.442	(824.461)	(824.461)	-	-	431.981	431.981
Outros intangíveis (canal <i>affinity</i>)	367.288	367.288	(83.338)	(83.338)	(82.442)	(82.442)	201.508	201.508
Total	1.623.730	(907.799)	(82.442)	(82.442)	633.489	661.134	123.460	(104.417)

	Custo		Amortização		Redução ao valor		Saldo	
	2024	2024	2024	2024	2024	2024	2024	2024
Taxa anual de amortização	20%	20%	20%	20%	20%	20%	20%	20%
Desenvolvimento interno de sistemas	1.237.410	1.237.410	(769.157)	(769.157)	-	-	468.253	468.253
Outros intangíveis (canal <i>affinity</i>)	367.277	367.277	(58.639)	(58.639)	(115.757)	(115.757)	192.881	192.881
Total	1.604.687	(827.796)	(115.757)	(115.757)	661.134	601.391	157.020	(16.991)

(*) Para fins de avaliação da necessidade de reconhecimento de perdas por redução do valor recuperável (*"impairment"*), os ativos relacionados aos canais *Affinity* foram segregados e analisados, contrato a contrato, ou seja, para cada uma das Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) identificáveis. A metodologia utilizada no teste de *"impairment"*, com base no valor em uso, foi o caixa gerado em cada contrato, descontado pelo custo de capital próprio à taxa de desconto elaborada pelo modelo CAPM, por segmento de negócio, acrescida de premissas de riscos específicos atribuíveis a cada parceiro ou contrato. Para cada contrato do canal *Affinity* o teste de *impairment* considerou a utilização de premissas realistas, comerciais (cláusulas contratuais), técnicas (premissas de vendas, sinistralidade, período de utilização do balcão para comercialização dos seguros e postergação do prazo de utilização do balcão, quando necessária) e financeiras (taxa de rentabilidade financeira), observando o conjunto de condições econômicas, fatos e demais circunstâncias existentes na data de realização do teste. O teste de *impairment* resultou na necessidade de reversão de provisão para perdas no montante de R\$ de 29.235.

15. OBRIGAÇÕES A PAGAR

	2025	2024
Fornecedores	388.808	413.531
Participação nos lucros a pagar	69.557	47.376
Dividendos a pagar	73.334	64.636
Compartilhamento de despesas	32.960	29.357
Outras obrigações	26.299	12.266
Total	590.958	567.166

16. IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

	2025	2024
IOF sobre prêmios emitidos	189.051	181.401
Imposto de renda retido na fonte	8.518	7.401
INSS	5.716	5.491
FGTS	1.899	2.173
Outros impostos e encargos sociais a recolher	10.290	10.002
Total	215.474	206.468

17. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

	2025	2024
Imposto de renda	36.997	32.474
Antecipação de imposto de renda	(36.997)	(22.803)
Contribuição social	47.354	38.970
Antecipação de contribuição social sobre o lucro líquido	(47.354)	(35.165)
COFINS	12.698	14.148
PIS	2.063	2.299
Outros	4	5
Total	14.765	29.928

18. OPERAÇÕES COM SEGURADORAS

Prêmios cosseguo cedido (nota 18a)
 Salvados e ressarcimentos a pagar para as congêneres
Total

a) Cosseguo cedido por segmento

	2025		2024	
	Cosseguo líquido de comissão recuperável - RVR (*)	Redução ao valor recuperável - RVR (*)	Cosseguo líquido de comissão e RVR	Cosseguo líquido de comissão recuperável - RVR (*)
Ramos agrupados				
Patrimonial	109.579	(2.766)	106.813	94.233
Marítimos	9.093	(166)	8.927	4.937
Demais ramos	6.641	(191)	6.450	4.673
Total	125.313	(3.123)	122.190	103.843

(*) Redução ao valor recuperável calculada conforme nota explicativa n° 3c.ii.
b) Composição por prazo de vencimento

	2025	2024
A vencer até 30 dias	38.975	30.437
A vencer de 31 a 60 dias	16.815	12.713
A vencer de 61 a 120 dias	25.460	34.540
A vencer de 121 a 180 dias	11.781	9.616
A vencer de 181 a 365 dias	12.341	2.385
A vencer acima de 365 dias	1.569	269
Total a vencer	106.941	88.960
Vencidos até 30 dias	10.146	7.722
Vencidos de 31 a 60 dias	1.962	1.120
Vencidos de 61 a 120 dias	1.070	718
Vencidos de 121 a 180 dias	79	258
Vencidos de 181 a 365 dias	95	84
Vencidos acima de 365 dias	1.897	17
Total vencidos	15.249	9.919
Total	122.190	98.879

19. CORRETORES DE SEGUROS E RESSEGUROS

Composto por comissões a pagar e comissões sobre prêmios emitidos pendentes.

	2025	2024
Automóvel	149.834	130.919
Patrimonial	80.217	58.407
Rural	53.632	47.331
Pessoas individual	70.005	78.141
Riscos financeiros	19.230	13.977
Aeronáuticos	17.708	16.186
Pessoas coletivo	8.123	12.900
Responsabilidades	7.703	6.984
Transportes	6.603	9.544
Microseguros	706	491
Marítimos	1.452	3.500
Demais ramos	24.575	13.012
Total de comissões emitidas pendente	439.788	391.392
Total de comissões a pagar	15.723	26.296
Total	455.511	417.688

20. OUTROS DÉBITOS OPERACIONAIS

Composto pelo saldo de comissão dos agentes e correspondentes de seguros.

	2025	2024
Patrimonial	9.569	16.451
Automóvel	23.419	24.953
Pessoas coletivo	13.607	25.054
Microseguros	15.740	5.628
Pessoas individual	8.718	4.406
Rural	2.979	2.982
Demais ramos	17	6
Total	74.049	79.480

21. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

Composto, substancialmente, por valores efetivamente recebidos, mas ainda não baixados das contas de prêmios a receber, assim como de demais operações da Seguradora.

	2025	2024
De 0 a 30 dias	209.751	264.066
De 31 a 60 dias	15.078	63.216
De 61 a 120 dias	13.103	16.177
De 121 a 180 dias	7.434	30
De 181 a 240 dias	-	316
De 241 a 365 dias	-	9.543
Acima de 365 dias	3.259	80
Total	258.168	343.931

22. DETALHAMENTO E MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS

	2025	
	Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	Provisão de resgates e outros valores a regularizar - PVR
Provisões técnicas - seguros		
Saldo inicial	4.891.844	223
Constituições	10.150.437	-
Diferimento pelo risco decorrido	(9.998.695)	-
Aviso/ajustes de sinistros	-	57
Atualização monetária, juros e oscilação cambial	(66.059)	(3)
Saldo		

Mapfre Seguros Gerais S.A. - CNPJ 61.074.175/0001-38

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de Reais)

26. PROVISÃO DE SINISTROS A LIQUIDAR JUDICIAL

2025		2024	
Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Provável	4.488	518.525	411.355
Possível	4.534	1.018.717	356.733
Remota	611	131.052	18.977
Total	9.633	1.668.294	787.065

Ano de abertura	2025		2024	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
De 1995 a 2010	136	19.058	3.210	128
De 2011 a 2020	2.543	281.246	63.198	2.938
De 2021 a 2025	6.954	486.760	156.062	5.795
Total	9.633	787.065	222.470	8.861

O prazo médio para pagamentos dos sinistros judiciais é de 45 (quarenta e cinco) meses.

Ano de abertura	2025		2024	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
De 1995 a 2010	136	19.058	3.210	128
De 2011 a 2020	2.543	281.246	63.198	2.938
De 2021 a 2025	6.954	486.760	156.062	5.795
Total	9.633	787.065	222.470	8.861

Montante de ações judiciais pagas no período corrente e que se encontravam provisionadas 174.154 212.449

Montante de valores provisionados de ações judiciais pagas no período corrente 252.616 336.949

Processos encerrados sem pagamento no período corrente, para os quais havia provisão constituída 75.465 38.778

Montante de ações judiciais pagas no período corrente e não provisionadas 31.087 18.605

27. PROVISÕES JUDICIAIS

a) Composição

Natureza	2025		2024	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Trabalhistas	44.962	41.237	3.534	2.784
Cíveis	37.930	48.498	9.107	12.144
Fiscais	807.046	791.101	988.511	934.507
PIS/COFINS (Receitas prêmios/financeiras)	772.846	733.402	908.574	861.453
PIS/COFINS (Multa de mora)	23.368	23.368	21.896	21.896
PIS/COFINS (Outros)	9.596	8.988	9.596	8.988
IRPJ/CSLL	24.604	3.168	37.465	33.511
Outras	—	45.543	9.508	8.659
Sinistros em discussão judicial - PLSJ (*)	—	—	9.032	13.549
Total	889.938	880.836	1.010.184	962.984

(*) As provisões de sinistros judiciais estão no grupo de provisões técnicas.

b) Composição das ações judiciais de natureza trabalhistas, fiscais e cíveis por probabilidade de perda

Item Lei nº	Tipo	Base	2025		2024	
			Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
(1) 9.718/1998	COFINS	Receita prêmio	210.783	198.933	219.876	207.503
(2) 9.718/1998*	COFINS	Receita financeira	—	—	—	—
(3) 9.718/1998*	PIS	Receita financeira	—	—	—	—
(4) 12.973/2014	COFINS	Receita financeira	—	—	26.362	24.183
(5) 12.973/2014	COFINS	Receita financeira	—	—	4.284	3.937
(6) 9.718/1998**	COFINS	Receita prêmio	562.063	534.469	655.582	623.571
(7) 9.718/1998**	COFINS	Receita financeira	—	—	—	—
(8) 9.718/1998**	PIS	Receita financeira	—	—	15.927	15.197
(9) 12.973/2014**	COFINS	Receita financeira	—	—	25.947	37.178
(10) 12.973/2014**	PIS	Receita financeira	—	—	4.216	6.041
(11)	PIS	EC 17/1997	9.596	8.988	9.596	8.988
(12)	IRPJ/CSLL	PC/BTNF	21.229	—	27.269	—
(12)	IRPJ/CSLL	PC/BTNF	—	—	—	24.153
(13)	PIS/COFINS	Multa	—	—	23.368	21.896
(14)	IRPJ/CSLL	Glosa de despesas	—	—	542	—
(15)	PIS/COFINS	Juros parcc., DPVAT e sinistros	—	—	2.470	2.266
(16)	INSS	Diferencial de alíquota RAT	—	—	45.543	9.508
(17)	IRPJ	Compensação	3.375	—	3.375	—
(18)	IRPJ	Compensação	—	—	3.168	—
(19)	IRPJ/CSLL	Adição de despesas indevidáveis	—	—	—	663.109
(19)	ISS	ISS s/ Comissões e Mon. de veículos	—	—	—	—
(20)	CSLL	Multa isolada cumulativa s/ CSLL	—	—	6.279	5.694
Total de risco provável			797.450	733.402	906.102	831.074
Total de risco possível			57.699	72.271	103.433	1.592.487
Total de risco remoto			9.596	8.988	—	—
Total			807.046	791.101	988.511	934.507

Nota (11) PIS - EC nº 10/1996, de 4 de março de 1996, e nº 17/1997, de 22 de novembro de 1997 - a) Para o ramo de auto, discute a exigibilidade do PIS instituído nos termos da Emenda Constitucional nº 17/1997, com decisão favorável em primeira instância e reformada em segunda instância. Em Recurso Extraordinário, obteve decisão parcialmente favorável no sentido de que seja observado o princípio da anterioridade de que trata o § 6º do art. 195 da CF/1988. Com trânsito em julgado, de acordo com o entendimento do STF proferido no RE 578.846/SP, no sentido de que são constitucionais a alíquota e a base de cálculo do PIS, nos termos das EC nº 16/1996 e nº 17/1997, observados os princípios da anterioridade nonagesimal e irretroatividade tributária, se encontram os autos em fase de cumprimento de sentença. b) Para os demais ramos, discute a exigibilidade do PIS instituído nos termos das EC nº 16/1996 e nº 17/1997, vigente até janeiro de 1999, contando com decisões favoráveis, e que suspendem a exigibilidade do crédito tributário. Com trânsito em julgado, de acordo com o entendimento do STF proferido no RE 578.846/SP, no sentido de que são constitucionais a alíquota e a base de cálculo do PIS, nos termos das EC nº 16/1996 e nº 17/1997, observados os princípios da anterioridade nonagesimal e irretroatividade tributária. Sobre a EC 10/1996 houve exito na ação pois, em que pese a constitucionalidade definida no RE 578.846/SP, o valor em risco provisionado corresponde ao período de contribuição ao PIS de 01/01/1996 a 07/06/1996, alcançado pelos princípios da anterioridade nonagesimal e irretroatividade, do que decorreu bacia do provisão. Sobre a EC 17/1997, se encontram os autos em fase de cumprimento de sentença. Nota (12) IRPJ e CSLL - IPC/BTNF - discute direito à dedução da variação do IPC do do BTNF, na determinação do lucro real do ano-base de 1991 - exercício de 1992, sem sujeitar-se à limitação imposta pela Lei nº 8.200, de 28 de junho de 1991. Aguarda julgamento de Recurso Extraordinário, sobrestado em razão do RE 545.796/RJ, e de Apelação da União em ação anulatória de lançamento fiscal sobre a matéria provida, do que foram apresentados Recursos Especial e Extraordinário, que aguardam julgamento. Em razão do voto desfavorável do Ministro relator, em sede de agravo interno, procedeu-se com a alteração do prognóstico de perda e a devida provisão do valor envolvido. Nota (13) PIS/COFINS - MULTA - discute diferença de recolhimento imposto por cálculo de multa de mora sobre recolhimento efetuado sob abance de liminares que suspendiam a exigibilidade de PIS/COFINS. Aguarda julgamento de Apelação da União. Nota (14) IRPJ/CSLL dedutibilidade - discutiu glosa de despesas operacionais na esfera administrativa, com decisão final parcialmente favorável. Saldo remanescente em discussão em Ação Anulatória, com decisão de primeira instância favorável. Aguarda julgamento de Apelação. Nota (15) PIS/COFINS - adicional de parcelamento DPVAT/assistência 24h - discute multa de mora sobre a cobrança de adicional de parcelamento DPVAT/assistência 24h em caso de acidente de trânsito. Nota (16) INSS - Diferencial de alíquota RAT - discute exigência de recolhimento de: i) diferencial de alíquota RAT; e ii) descharacterização do plano de PLR de seus colaboradores. iii) Quanto à alíquota RAT - exercício 2014 e 2015 - encerraram-se na esfera administrativa de forma desfavorável, o que está em discussão na esfera judicial, em ação anulatória e tutela cautelar antecedente de execução fiscal, respectivamente, com probabilidade de êxito possível. ii) Quanto à descharacterização do plano de PLR, julgou-se de forma desfavorável em segunda instância administrativa. Aguarda julgamento de Recurso Especial. A Cia. decidiu por aderir a transação disponibilizada pela União, procedendo com o recolhimento dos valores em conformidade com o disposto no edital. Aguarda-se a homologação da transação conforme determinado no regulamento. Nota (17) Multa IRPJ - Compensação - para o ramo de auto, discute em ação anulatória de débito, não homologação por parte da Receita Federal quanto a Pedido de Compensação de saldo negativo de IRPJ-2003, em razão de discutir e depositar judicialmente o IRPJ no mesmo período. Ação julgada improcedente em primeira e segunda instância. Aguarda-se julgamento do Recurso Especial interposto. Nota (18) IRPJ/CSLL - para o ramo de auto, discute exigência de IRPJ/CSLL, decorrente de glosa de exclusões de ágio, despesas de assistência 24h e endomarketing de sua base de cálculo, não esfera administrativa. Aguarda decisão de 1ª instância. Lei nº 14.973 de 16 de setembro de 2024: Em 16 de setembro de 2024 foi publicada a Lei nº 14.973/2024, que dispõe sobre a alteração do critério de atualização dos depósitos judiciais e administrativos federais. A referida Portaria estabelece que, depósitos que envolvam discussões tributárias federais, realizados a partir de 1º de janeiro de 2026, passam a ser indexados exclusivamente pelo IPCA, em conformidade com o novo tratamento legal previsto pela Lei nº 14.973/2024. Para os depósitos tributários federais realizados anteriores a 1º de janeiro de 2026, será mantida a atualização pela SELIC.

28. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social - capital social subscrito e integralizado é de R\$ 2.483.177 (R\$ 2.483.177 em 31 de dezembro de 2024), e está representado por 1.747.693,418 (1.747.693,418 em 31 de dezembro de 2024) ações ordinárias, sem valor nominal. b) Reserva legal: Constituída ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento de capital social. c) Reserva de investimentos: Criada com objetivo de prover fundos que garantam o nível de capitalização da Seguradora, entre outros. Será constituída por parcela do lucro líquido remanescente após as deduções estabelecidas no estatuto social, por proposta aos acionistas em Assembleia Geral. d) Ajustes de avaliação patrimonial: Compreende o ajuste a valor justo e a redução ao valor recuperável dos títulos e valores mobiliários de correção na categoria valor justo por meio de outros resultados abrangentes, líquido dos efeitos tributários. e) Dividendos: De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício ajustado. O pagamento dos dividendos obrigatórios poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado nos termos da lei. Os dividendos mínimos foram calculados como segue:

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	306.775	272.152
Constituição da reserva legal (5%)	(15.439)	(13.608)
Lucro líquido ajustado	293.336	258.544
Dividendos mínimos obrigatórios	73.334	64.636
Total de dividendos distribuídos	73.334	64.636
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado	25%	25%
Quantidade de ações:	1.747.693,418	1.747.693,418
Ações ordinárias	—	—
Dividendos distribuídos por ação	0,04	0,04

DIRETORIA

NELSON FILIPE DE OLIVEIRA LOPES ALVES
Diretor Presidente

ALESSANDRA SAYEGH GOMES LOPES DELVAUX
Diretora de Controles Internos, Riscos e Conformidade

ANA PAULA BERNIZ PIN MODESTO
Diretora Executiva de Recursos Humanos

ANDRÉ CONDE CASELLI
Diretor Executivo de Tecnologia

LUIS FERNANDO PADIAL DE CAMARGO
Diretor Executivo Técnico

ROBERTO JUNIOR DE ANTONI
Diretor Executivo de Operações

SIMONE PEREIRA NEGRÃO
Diretora Executiva Jurídica e Secretária Geral Brasil

CONTADORA

TÁLITA DE FIUME - CRC 1SP 333939/O-0

ATUÁRIA

VERA LÚCIA FERNANDES LOPES - MIBA 817

29. DETALHAMENTO DE CONTAS DAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Principais ramos de atuação	2025		2024	
	Prêmios ganhos	Sinistralidade	Comercialização	
Automóvel	3.350.914	3.457.010	49,46%	51,48%
Patrimonial	2.795.035	2.536.450	58,19%	41,77%
Rural	982.280	1.080.559	54,55%	50,91%
Riscos financeiros	736.530	557.408	42,27%	51,68%
Aeronáuticos	705.011	621.767	78,93%	84,84%
Pessoas individual e coletivo	618.042	585.370	24,31%	28,60%
Riscos especiais	191.303	169.286	0,36%	0,10%
Marítimos	171.631	138.651	132,97%	143,11%
Responsabilidades	101.997	92.332	31,59%	41,75%
Demais	346.019	316.871	52,18%	34,65%
Total	9.998.762	9.555.704	52,80%	49,31%

b) Prêmios emitidos

Prêmios diretos e acéltos

Prêmios emitidos

Prêmios cancelados

Prêmios restituídos

Prêmios de cosseguros cedidos

c) Variação das provisões técnicas

Provisão de prêmio não ganhos - PPNG+RVNE

Provisão matemática de benefícios a conceder - PNBAC

d) Sinistros ocorridos

Sinistros

Serviço de despesas relacionadas - PDR

Provisão de assistência

Variação da provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados - IBNeR

Provisão de sinistros ocorridos, mas não suficientemente avisados - IBNeR

Salvados estimados

Salvados a venda

Ressarcimentos

Outras despesas com sinistros

e) Custo de aquisição

Comissões

Despesas com apólices e/ou contratos

Despesas com inspeção de riscos

Recuperação de comissões

Variação das despesas de comercialização diferidas

f) Outras receitas e despesas operacionais

Serviços de terceiros

Despesas com administração de apólices e contratos

Apresentamos as principais operações com partes relacionadas vigentes entre as empresas do GRUPO:

Banco do Brasil S.A. (6)

BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A. (5)

Banco BV S.A. (5)

Brasilidental Operadora de Planos Odontológicos S.A. (5)

Banco Votorantim S.A. (5)

Brasilseg Companhia de Seguros (5)

Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A. (5)

Direção Geral Banco do Brasil S.A. (5)

Mapfre Aconagua (5)

MAC Investimentos S.A. (1)/(5)

MAWDY Ltda. (1)/(2)/(5)

Mapfre Brasil Participações S.A. (1)/(5)

Mapfre Capitalização S.A. (1)/(3)/(5)

Mapfre Investimentos Ltda. (1)/(5)/(7)

Mapfre Paraguai (5)

Mapfre Participações S.A. (8)

Mapfre Previdência S.A. (1)

Mapfre Re Companhia de Reaseguros S.A. (4)

Mapfre Re do Brasil Companhia de Resseguros (4)

Mapfre Uruguay (5)

Mapfre Tech (9)

Mapfre Vida S.A. (1)/(5)

Protenseg Corretora de Seguros Ltda. (1)/(5)

Tecnologia Bancária S.A. (5)

Vera Cruz Consultoria Técnica e Administração de Fundos Ltda. (1)/(5)

Total

1) Refere-se ao rateio de despesas administrativas e comerciais compartilhadas que é efetuado a partir de aplicações de percentuais de alocação para cada Seguradora, sobre o total de despesas incorridas por ela sob o comando da Mapfre Participações S.A., no desenvolvimento de atividades de:

i) administração financeira; ii) tecnologia da informação; iii) localização; iv) jurídico; v) recursos humanos; vi) marketing e vii) corporativo, percentuais estes definidos com base em medidores de atividades e critérios estabelecidos na convenção do GRUPO Mapfre. 2) Refere-se a serviços com serviços de assistência 24h. 3) Refere-se a compra de títulos de capitalização que são oferecidos em incentivo na venda de seguros. 4) Refere-se a direitos e obrigações da operação de resseguro, cessão parcial ou total do risco assumido à Resseguradoras. Os valores são calculados de acordo com as disposições contratuais previamente definidas. 5) Refere-se aos montantes provenientes de prêmios, comissões, sinistros, salvados e ressarcidos oriundos de operações de seguros junto à Seguradora. 6) Saldo de contas correntes. 7) Orçama com taxa de administração de investimentos. 8) Refere-se à distribuição de dividendos. 9) Refere-se à manutenção, suporte e desenvolvimento de aplicações de tecnologia da Espanha. a) Remuneração do pessoal-chave da Administração: É estabelecida anualmente, por meio da Assembleia Geral Ordinária a remuneração, os benefícios, os bônus e a

participação nos lucros da Administração. Os montantes são pagos pelas empresas do GRUPO Mapfre.

Honorários

Bônus e participação nos lucros

Benefícios

Incentivos de longo prazo - ILP

Total

A Seguradora tem como política o pagamento baseado em ações da controladora a seus Administradores.

33. OUTRAS INFORMAÇÕES

★ continuação

Mapfre Seguros Gerais S.A. - CNPJ 61.074.175/0001-38

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

O Comitê de Auditoria da Mapfre Participações S.A., é um Órgão Estatutário de assessoramento do Conselho de Administração, atuando de forma permanente e independente, com a finalidade precípua de revisar, previamente à sua divulgação, o conjunto das Demonstrações Financeiras e avaliar a efetividade do Sistema de Controles Internos e das Auditorias Externa e Interna.

É constituído por 4 (quatro) membros efetivos independentes e instituído na Empresa Líder Mapfre Participações S.A., em conformidade com a Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados nº 432/2021, de 12 de novembro de 2021. Os membros são eleitos pela Assembleia Geral, com mandatos anuais e renováveis até o máximo de 5 (cinco) anos.

Durante os primeiros 6 (seis) meses do ano de 2025 o Comitê de Auditoria foi composto pela Sra. Rosana Passos de Padua e pelos Srs. Edgar Jabbour, Francisco Petros Oliveira Lima Papathanasiadis e Luiz Cláudio Ligabue (Coordenador). A partir de 1º de setembro de 2025, o Sr. Adilson José Cardoso Pereira foi eleito para compor o Comitê, seguido pela eleição da Sra. Heloisa Belotti Bedicks em 1º de outubro de 2025, ambos em substituição aos Srs. Edgar Jabbour e Francisco Petros Oliveira Lima Papathanasiadis.

O universo de atuação do Comitê compreende a Instituição Líder e tem alcance sobre as seguintes empresas: Mapfre Capitalização S.A., Mapfre Previdência S.A., Mapfre Seguros Gerais S.A. e Mapfre Vida S.A.

Os administradores da Empresa Líder e de suas Subsidiárias são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das Demonstrações Financeiras, gerir os riscos, manter Sistemas de Controles Internos efetivo e zelar pela conformidade das atividades às normas legais e regulamentares.

A Auditoria Interna responde pela realização de trabalhos periódicos, com foco nos principais riscos, avaliando, com independência, a efetividade das ações de gerenciamento desses riscos e a adequação da governança e dos controles internos.

A KPMG Auditores Independentes é responsável pela auditoria das Demonstrações Financeiras das Subsidiárias abrangidas pelo Comitê de Auditoria. Avalia, também, no contexto desse trabalho, a

qualidade e a adequação do Sistema de Controles Internos e o cumprimento dos dispositivos legais e regulamentares.

A KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda. é responsável pela auditoria e emissão de parecer dos Auditores Atuários Independentes das Subsidiárias abrangidas pelo Comitê de Auditoria. Avalia, inclusive, no contexto desse trabalho, a qualidade e adequação das provisões técnicas, dos Sistemas de Controles Internos e o cumprimento dos dispositivos legais e regulamentares.

Principais Atividades

O Comitê reuniu-se mensalmente, fez diligências e requisições de documentos e informações junto à administração, gestores de riscos e controles, Auditorias Interna e Externa. As atividades desenvolvidas, registradas em atas, cobriram o conjunto de responsabilidades atribuídas ao Colegiado e estão adiante sintetizadas.

Nas reuniões de trabalho, com administradores, executivos e técnicos das diversas Áreas da Organização, o Comitê abordou, em especial, assuntos relacionados à preparação das Demonstrações Financeiras; ao Sistema de Controles Internos; aos processos contábeis; aos critérios e metodologias nas áreas atuarial, contábil e riscos; ao processo de gestão de riscos; e aos relativos a fraude, denúncias e irregularidades. Nas situações em que identificou necessidades de melhoria, recomendou aprimoramentos.

Manteve diálogo com as equipes das Auditorias Interna e Externa, oportunidades em que verificou e apreciou seus planejamentos, conheceu os resultados dos principais trabalhos e examinou suas conclusões e recomendações.

Considerando as informações recebidas das áreas responsáveis e dos trabalhos da Auditoria Interna e da Auditoria Externa, o Comitê constatou a inexistência de falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade das Empresas abrangidas.

Revisou as Demonstrações Financeiras, Notas Explicativas e o Relatório da Administração da Mapfre Capitalização S.A., Mapfre Previdência S.A., Mapfre Seguros Gerais S.A. e Mapfre Vida S.A. e discutiu com os auditores independentes seus relatórios e apontamentos.

Conclusões

Com base nas atividades desenvolvidas e tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria considera que:

a) A Auditoria Interna é efetiva e desempenha suas funções com independência, objetividade e qualidade;

b) As Auditorias Externas também são efetivas e as informações por elas fornecidas constituem suporte para a opinião do Comitê de Auditoria acerca da integridade das Demonstrações Financeiras. Não foram identificadas ocorrências que pudessem comprometer a independência dos seus trabalhos;

c) Todas as recomendações apresentadas à Presidência ou ao Diretor Presidente foram acatadas na íntegra;

d) As Demonstrações Financeiras da Mapfre Capitalização S.A., Mapfre Previdência S.A., Mapfre Seguros Gerais S.A. e Mapfre Vida S.A. apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira das Empresas em 31 de dezembro de 2025 e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, práticas estas aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP Superintendência de Seguros Privados.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2026.

Heloisa Belotti Bedicks
Coordenadora e Membro Titular

Luiz Cláudio Ligabue
Membro Titular

Adilson José Cardoso Pereira
Membro Titular

Rosana Passos de Padua
Membro Titular

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores da Mapfre Seguros Gerais S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Mapfre Seguros Gerais S.A. ("Seguradora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mapfre Seguros Gerais S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação da mensuração das Provisões técnicas de passivos (PSL, IBNR, IBNeR, PDR, e PPNG-RVNE) e na realização do Teste de adequação de passivos (TAP)
Veja as Notas nºs 3(i), 3(m), 22, 23 e 26 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria

A Seguradora mantém as seguintes provisões técnicas relacionadas aos contratos de seguros e de resseguros, nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025: provisões de sinistros a liquidar (PSL), provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR), provisão de despesa relacionada a PDR, provisão de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (IBNeR) e provisão de prêmios não ganhos com riscos vigentes não emitidos (PPNG-RVNE).

Na mensuração das referidas provisões técnicas e na realização do teste de adequação de passivos (TAP), a Seguradora utiliza-se de técnicas e métodos atuariais que envolvem julgamento na determinação de metodologias e premissas que incluem, entre outros, expectativa de sinistros, taxas de desconto e análise da evolução dos prêmios emitidos.

Consideramos a mensuração das provisões técnicas de contratos de seguros citadas e a realização do teste de adequação de passivos, como um principal assunto de auditoria dada a relevância dos valores envolvidos, o grau de julgamento envolvido na determinação da metodologia e premissas relevantes relacionadas, e o impacto que eventual alteração das premissas e metodologia utilizados poderia gerar nos valores registrados nas demonstrações financeiras.

Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

(i) entendimento do desenho e implementação de controles internos relacionados ao processo de mensuração, aprovação e revisão dos cálculos das provisões técnicas (PSL, IBNR, IBNeR, PDR e PPNG-RVNE) e da realização do teste de adequação de passivos (TAP);

(ii) envolvimento de nossos especialistas atuariais com conhecimento e experiência no setor, que nos auxiliaram:

- na avaliação das metodologias e das premissas, tais como expectativa de sinistros, taxas de desconto e análise da evolução de prêmios emitidos, utilizadas na mensuração das provisões técnicas (IBNR, IBNeR, PDR e PPNG-RVNE) e na realização do teste de adequação de passivos (TAP);
- na avaliação da suficiência das provisões técnicas (RVNE, IBNR, IBNeR e PSL) por meio de comparação das estimativas históricas com os valores efetivamente observados;
- no recálculo independente, por amostragem, das provisões (IBNeR, IBNR e PPNG-RVNE) por meio do estabelecimento de um intervalo de melhor estimativa utilizando-se de métodos atuariais e com base em premissas independentes ou derivadas das próprias informações históricas da Seguradora;
- na avaliação da suficiência das provisões técnicas (PSL, IBNR, PDR, IBNeR e PPNG-RVNE) por meio de comparação das estimativas históricas com os valores efetivamente observados; e
- na avaliação da necessidade de constituição de provisão complementar de cobertura por meio da razoabilidade independente das premissas do TAP e da comparação do resultado dos fluxos de caixa calculados no TAP com os montantes totais das provisões técnicas registrados na data-base.

(iii) testes de precisão e integridade das bases de dados de prêmios emitidos, sinistros avisados e

sinistros pagos, utilizadas para mensuração dessas provisões, conforme aplicável, incluindo o confronto com as bases analíticas suporte aos registros contábeis;

(iv) testes, com base em amostragem, da existência e precisão das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas, como valores, ramos de seguros, datas de registro, período de vigência, entre outros, por meio do confronto com as respectivas documentações suporte incluindo comprovantes de liquidação financeira, quando aplicável; e

(v) avaliação das divulgações relacionadas nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes.

Avaliação da expectativa de realização dos créditos tributários de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

Veja as Notas nºs 3(r) e 30(b) das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria

A Seguradora mantém créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025, cuja realização está fundamentada em estudo técnico sobre prováveis lucros tributáveis futuros.

Para elaborar a expectativa de realização desses créditos tributários no referido estudo técnico, a Seguradora utiliza-se de estimativas de rentabilidade futura elaboradas a partir dos planos de negócios e orçamentos preparados pela Administração, que envolvem julgamento na determinação de premissas econômicas e de crescimento dos negócios.

Consideramos a avaliação de realização dos créditos tributários relacionados a prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, como um principal assunto de auditoria dada a relevância dos valores envolvidos e o julgamento envolvido na determinação de prováveis lucros tributáveis futuros.

Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

(i) entendimento do desenho e implementação de controles internos relacionados ao processo de elaboração, revisão e aprovação dos planos de negócio e orçamentos da Seguradora e do estudo técnico de realização dos créditos tributários;

(ii) envolvimento nossos profissionais de finanças corporativas com conhecimento e experiência no setor que auxiliaram a:

- na avaliação das premissas de projeções econômicas e de crescimento dos negócios apresentados no estudo técnico de realização dos créditos tributários; e
- na conferência da exatidão matemática dos cálculos incluídos no estudo técnico de realização dos respectivos créditos tributários;
- (iii) avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Planejamos e executamos a auditoria para obter evidências de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidade de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2026.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

KPMG
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428-O-6 F SP

Érika Carvalho Ramos
Contadora CRC 1SP224130/O-0

PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da Mapfre Seguros Gerais S.A.
São Paulo - SP

Escopo da Auditoria Atuarial

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionadas a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Mapfre Seguros Gerais S.A. ("Seguradora"), em 31 de dezembro de 2025, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Mapfre Seguros Gerais S.A. é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e do capital mínimo requerido da Seguradora e não abrange uma opinião no que se refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e

despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Mapfre Seguros Gerais S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Mapfre Seguros Gerais S.A. em 31 de dezembro de 2025 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Seguradora e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2026.

KPMG
KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.
CIBA 48
CNPJ: 02.668.801/0001-55
R. Verbo Divino, nº 1400 - 04719-002 - São Paulo - SP - Brasil

Anexo I Mapfre Seguros Gerais S.A. (Em milhares de Reais)	
1. Provisões Técnicas, ativos de resseguro e créditos com resseguradores	2025
Total de provisões técnicas auditadas	10.185.352
Total de ativos de resseguro	4.710.966
Total de créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros	264.512
2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas auditadas	2025
Provisões Técnicas auditadas (a)	10.185.352
Valores redutores auditados (b)	7.163.997
Total a ser coberto (a-b)	3.021.355
3. Demonstrativo do Capital Mínimo	2025
Capital Base (a)	15.000
Capital de Risco (CR) (b)	1.097.830
Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)	1.097.830
4. Demonstrativo da Solvência	2025
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	2.071.686
Ajustes Econômicos do PLA	426.898
Exigência de Capital (CMR) (b)	1.097.830
Suficiência / (Insuficiência) do PLA (c = a - b)	973.856
Ativos Garantidores (d)	4.148.572
Total a ser Coberto (e)	3.021.355
Suficiência / (Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d - e)	1.127.217
5. Demonstrativo dos limites de retenção (Grupos SUSEP)	2025
	50
	100
	1602
	1066
	0987, 1387
	0969, 0980
	0984, 1383, 1384
	0977, 1377
	0525, 1103, 1112, 1369
	0195, 0310, 0378, 0524, 0531, 0929, 1101, 1111, 1535, 1574, 1597
	0112, 0313, 0351, 0542, 0982, 1061, 1065, 1130, 1162, 1428, 1528, 1537
	1381
	0746
	0173, 0553
	1391
	0114, 0520, 0621, 0622, 0632, 0638, 0652, 0654, 0655, 0656, 1198, 1417, 1433
	1107, 1114
	0116, 0118, 0141, 0167, 0171, 0196, 0711, 0993
	0748, 0775, 0776, 1734
	10.000

Conexão, evolução e consistência para crescer com estratégia.

O **Mapfre +Corretor** é o Programa de Relacionamento da Mapfre, desenvolvido para fortalecer a parceria com os corretores e impulsionar crescimento consistente.

Uma iniciativa que valoriza resultados, estimula a evolução e amplia oportunidades ao longo da jornada.

Seguimos ao seu lado, aonde você for, fortalecendo o futuro do seguro.

+ Conexão
+ Evolução
+ Consistência